REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

MULHER E CIÊNCIA: PRÁTICAS EDUCATIVAS, FEMINISMOS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO NORDESTE DO BRASIL

WOMEN AND SCIENCE: EDUCATIONAL PRACTICES, FEMINISMS AND KNOWLEDGE PRODUCTION IN POSTGRADUATE PROGRAMS IN EDUCATION IN NORTHEAST BRAZIL

Ciências Humanas • 24/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795425840

Jessica Priscila Garcia de Souza[1]

Allene Carvalho Lage[2]

RESUMO

O artigo analisa a produção científica desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação em Educação da região Nordeste do Brasil acerca da categoria mulher e ciência. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem quanti-qualitativa de caráter documental, examinando teses e dissertações defendidas em instituições públicas no período de 2012 a 2022, coletadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e nos repositórios institucionais. O procedimento analítico combina a análise de conteúdo com o Método do Caso Alargado para investigar os saberes e as práticas educativas feministas. Os resultados revelam o mapeamento de 39 produções focadas na temática, estruturadas em quatro eixos centrais: educação de mulheres, mulher e docência, epistemologias feministas e feminismos. Conclui-se que, apesar dos avanços no acesso ao ensino superior, persistem marcas de exclusão e segregação acadêmica. O estudo evidencia que as práticas educativas feministas e a Educação Popular constituem instrumentos essenciais para desconstruir desigualdades históricas de gênero, legitimando as mulheres como sujeitas ativas na construção de saberes científicos e emancipatórios.

Palavras-chave: Mulher e ciência; Pós-Graduação em Educação; Estudos de gênero; Epistemologias feministas.

ABSTRACT

The article analyzes scientific production developed in Postgraduate Programs in Education in the Northeast region of Brazil regarding the category of women and science. The research is based on a documentary, quantitative-qualitative approach, examining theses and dissertations defended in public institutions from 2012 to 2022, collected from the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and institutional repositories. The analytical procedure

combines content analysis with the Extended Case Method to investigate feminist knowledge and educational practices. Results reveal a mapping of 39 productions focused on the theme, structured around four central axes: women's education, women and teaching, feminist epistemologies, and feminisms. It concludes that, despite advances in access to higher education, marks of academic exclusion and segregation persist. The study demonstrates that feminist educational practices and Popular Education constitute essential instruments for deconstructing historical gender inequalities, legitimizing women as active subjects in the construction of scientific and emancipatory knowledge.
Keywords: Women and science; Postgraduate Studies in Education; Gender studies; Feminist epistemologies.

1. INTRODUÇÃO

A produção de conhecimento científico está longe de constituir-se como um campo neutro, sendo atravessada por relações históricas de poder que definem quais sujeitos, saberes e perspectivas são legitimados. Nesse contexto, os estudos de gênero e feminismos têm desempenhado papel fundamental ao problematizar os processos de exclusão e invisibilização das mulheres na ciência, evidenciando as desigualdades que atravessam tanto a produção acadêmica quanto os processos de formação e participação das mulheres nos diferentes espaços educativos.

Partindo dessa compreensão, este artigo apresenta uma análise da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Educação da região Nordeste, com ênfase nas temáticas de gênero, feminismos e sexualidades, tomando como referência a categoria mulher e ciência. A pesquisa constitui um recorte de um estudo

mais amplo desenvolvido no âmbito do mestrado, a partir do levantamento de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos sites dos programas investigados.

No levantamento realizado, foram identificadas 146 teses e dissertações, das quais 39 abordavam questões relacionadas às mulheres e sua participação na ciência e na educação. Essas produções foram organizadas em quatro subtemas: educação de mulheres, mulher e docência, epistemologias feministas e feminismos. A partir dessas categorias, busca-se compreender como as pesquisas abordam as trajetórias formativas de mulheres, suas experiências docentes, a produção de conhecimentos e as práticas pedagógicas desenvolvidas em diferentes espaços sociais.

A relevância do estudo reside na necessidade de problematizar a própria constituição da ciência moderna, historicamente marcada pela exclusão das mulheres, tanto como sujeitas produtoras de conhecimento quanto como referência epistemológica. Como destaca Guacira Lopes Louro (2013), as desigualdades de gênero atravessam instituições, práticas e discursos, sendo necessário desnaturalizá-las para possibilitar transformações efetivas. Nesse sentido, investigar o que se produz e o que permanece ausente nos programas de pós-graduação permite evidenciar dinâmicas de poder que ainda estruturam o campo acadêmico.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar como as produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação em Educação da região Nordeste abordam as temáticas de gênero, feminismos e sexualidades, dando ênfase na categoria “mulher e ciência”, buscando compreender as práticas educativas presentes

nessas produções e suas contribuições para a formação de mulheres, a produção de conhecimentos e o enfrentamento das desigualdades de gênero. Busca-se, assim, compreender não apenas a presença dessas discussões, mas também suas lacunas, silenciamentos e limites no campo da produção científica.

A partir dessa perspectiva, pretende-se contribuir para a reflexão sobre as relações entre práticas educativas, feminismos e produção científica, considerando os processos históricos de exclusão das mulheres e as possibilidades de construção de experiências educativas comprometidas com o reconhecimento de diferentes saberes e com a transformação das relações sociais.

2. MULHERES, CIÊNCIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

O debate acerca da importância da educação das mulheres e de sua participação na produção de conhecimento não é recente. Christine de Pizan fez, no começo do século XV na França, uma reivindicação do direito das mulheres à educação, conhecida como *Querelle des Femmes* (querela das mulheres), que durou quatro séculos. Uma defesa inédita de seu sexo, numa França onde a misoginia reinava, dando início a um longo debate que teve participação de mulheres e homens de diversos países europeus.

A situação das mulheres na ciência é uma temática que tem crescido nos últimos anos nos estudos acadêmicos e nos movimentos feministas. Desde a "segunda onda feminista"[4], os estudos sobre as mulheres e a ciência e tecnologia na sociedade têm se multiplicado, sobretudo trazendo um enfoque ao conceito de gênero, já que estamos em um mundo determinado pelo gênero,

que molda o que somos e como pensamos, então nossas concepções quanto à ciência também não fogem a esta realidade. A crítica feminista vai além de uma denúncia da exclusão das mulheres na ciência, para uma própria crítica à Ciência Moderna, que tem como pressuposto a neutralidade e que a crítica feminista vem mostrar que ela na realidade nunca foi neutra. Cecília Sardenberg nos mostra que

> *[...] pensar em uma ciência feminista - ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada - requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista - de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento -, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado. (Sardenberg, 2007, p. 3)*

É importante lembrar, no entanto, que a teoria feminista tem suas raízes históricas no Iluminismo, e buscava na razão as causas da subordinação da mulher na sociedade. Porém, tornava-se cada vez mais evidente, como observou Grosz em 1995 que

> *[...] não seria possível simplesmente incluir as mulheres nas teorias nas quais elas foram antes excluídas, já que essa exclusão era um princípio estruturador fundamental e um pressuposto chave dos discursos patriarcais. (Grosz apud Sardenberg, 2007, p. 5)*

As pensadoras feministas vêm questionando há muito tempo os parâmetros científicos do que pode vir a ser conhecimento ou quem

pode ser sujeito do conhecimento. Um eixo central dessa problematização de ordem epistemológica, concentra-se, como nos diz Antônio Conceição e Lina Aras (2014, p. 12), “na análise da natureza revolucionária do olhar feminino sobre o mundo e, portanto, no potencial inovador da pesquisa científica gerada por mulheres”. O conhecimento produzido sobre e, principalmente, pelas mulheres sempre foi tido como inferior, de menor valor, seja pelos objetos e assuntos de suas pesquisas, seja pela atitude das pesquisadoras, ditas como incapazes de agir com neutralidade diante de suas pesquisas, confundindo e misturando pesquisa e militância. Essas e outras críticas refletem como as mulheres são vistas socialmente, o que reflete na visão da academia sobre elas, dificultando a legitimidade do conhecimento produzido por essas mulheres.

A epistemologia feminista visa, ao contrário de negar algumas dessas críticas, como a impossibilidade de separar teoria e prática, afirmar que tal ação faz parte de seu compromisso com as transformações sociais. Tal epistemologia faz parte da crítica ao modelo científico cartesiano, enfatizando que

> *as mulheres que reconhecem e aceitam os pressupostos feministas sobre o mundo praticarão ciência de modo diverso num mundo que legitime esses pressupostos: usarão uma metodologia diferente ou se basearão num conjunto diferente de práticas para observar e compreender o mundo à sua volta; serão conscientes da intencionalidade de seus estudos e dos usos que deles se farão. (Conceição e Aras, 2014, p. 13)*

A crítica à ciência feita pelo pensamento feminista visa mostrar as áreas que o pensamento científico ocidental necessita de revisão,

buscando um movimento libertário do preconceito construído nas ciências sociais e biológicas que desafiam as produções teóricas feitas pelas mulheres. A visão da ciência iluminista negava que as mulheres possuíssem racionalidade e capacidade de observação objetiva exigida pelo pensamento científico. Elas podiam ser objetos de observação masculina, mas não sujeitos de mentes reflexivas. Nessa concepção apenas os homens eram vistos como produtores de conhecimento, e apenas aqueles que pertenciam à classe, raça e cultura dominante. Tal visão se mostrou bastante opressora e que a epistemologia feminista objetiva romper ao realizar a crítica feminista à ciência, que teve início a partir dos anos 1970, onde constata-se que a maioria dos cientistas são homens e começa-se a questionar essa realidade e se propor a romper com ela através da construção de modelos de ciência implicados. No entanto, as divergências existentes entre os olhares e posturas do pensamento feminista, torna impossível falar em uma epistemologia feminista única, sendo mais adequado indicar que existem várias epistemologias que conversam e divergem entre si.

O primeiro modelo de epistemologia feminista foi o empirismo feminista, realizado por Sandra Harding, que se preocupava com a sub-representação das mulheres na ciência e buscava atraí-las para a investigação na tentativa de aumentar essa representatividade. Modelo este que sofre questionamentos porque funciona dentro do paradigma tradicional de ciência. Dialogando com uma epistemologia e filosofia política, a perspectiva teórica do *standpoint* traz como foco a perspectiva do oprimido, elegendo de modo mais específico a opressão sofrida pelas mulheres. Como nos diz Donna Haraway

> *Nessa perspectiva as mulheres evidenciam um privilégio epistêmico que adviria da sua própria condição feminina o que as torna ideais para estudar as mulheres. Para as teóricas do stand point (sic.) o conhecimento é parcial, contextualizado e experiencial. (Haraway apud Conceição e Aras 2014, p. 15)*

Dentro dessa perspectiva, a proposta é que a exclusão vivenciada pelas mulheres dentro de uma sociedade estruturada em uma desigualdade de gênero permite a vivência de determinados aspectos de opressão que não são facilmente compreendidos por sujeitos que não se encontram nesta posição social. Neste sentido, as mulheres cientistas são consideradas oprimidas pela comunidade científica sexista, tendo seu trabalho desvalorizado, analisado como inferior diante de pesquisas realizadas por homens. Para a epistemologia construída pelas feministas perspectivistas[3], para combater a opressão patriarcal presente na ciência seria através da valorização da experiência das mulheres e da necessidade de dar voz a essas mulheres. Tais correntes epistemológicas sofrem críticas no que diz respeito ao essencialismo e diferencialismo defendidos por elas, ao se basearem em um privilégio epistemológico da condição feminina.

A epistemologia feminista pós-moderna e pós-estruturalista traz a ideia da subjetividade como forma de conhecimento, centrando-se na elaboração genderizada da construção da ciência moderna. Essa epistemologia critica a ideia de sujeito universal, pois tal ideia lhe atribui homogeneidade, unidade, negando o que há de subjetivo. A epistemologia feminista pós-moderna e pós-estruturalista problematiza a própria ideia do ser mulher no sentido universal, para essas teóricas não há uma unidade universal e essencial do ser

mulher que contemple todas as mulheres. Conceição e Aras nos apontam que

> *A teorização feminista desenvolveu-se a partir da necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematizasse as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir do privilegiamento do sujeito. (Conceição e Aras, 2014, p. 16)*

Na construção teórica feminista há o entendimento de que as mulheres possuem uma maneira própria de abordar os objetos, tendo um aporte diferenciado, que rompe com a visão da produção de conhecimento como processo absolutamente racional, a visão feminista incorpora à produção do conhecimento uma visão subjetiva, emotiva, questionando a divisão razão/emoção. Essa visão feminista de ciência e produção de conhecimento propõe uma nova relação entre teoria e prática, onde o sujeito não está alheio e imparcial ao campo, mas envolvido com o seu objeto de conhecimento.

Nesse sentido, torna-se importante compreender as práticas educativas para além das ações desenvolvidas exclusivamente nos espaços escolares e institucionais. Elas também se constituem em diferentes espaços sociais, por meio de experiências de formação, compartilhamento de saberes, construção coletiva de conhecimentos e problematização das desigualdades. Sob essa perspectiva, as práticas educativas envolvem processos de aprendizagem e formação que podem contribuir para a compreensão crítica da realidade e para a transformação das relações sociais. Quando relacionadas aos estudos feministas, essas práticas assumem também um caráter político, ao questionarem os

conhecimentos historicamente legitimados e possibilitares o reconhecimento das experiências e dos saberes produzidos pelas mulheres.

As epistemologias feministas não cessam por aqui, existe uma infinidade de pensamentos e produções de conhecimento de cunho feminista além dos que mencionamos, sejam eles mais críticos à Ciência Moderna, questionando os pressupostos de neutralidade e objetividade, ou aquelas que não realizam questionamentos à concepção tradicional de ciência, apoiando-se apenas na luta por igualdade de oportunidades feminina nas ciências. Não nos interessa aqui elencar todas essas possibilidades, mas sim tornar visível a existência de produção de conhecimentos que rompe com os paradigmas tradicionais de fazer ciência. Pontuamos também nossa concordância com as epistemologias feministas que rompem com a neutralidade científica, enfatizando a possibilidade e a necessidade de se produzir conhecimento por um viés subjetivo, onde a relação entre a teoria e prática não é isenta de emoção. Vale ressaltar que, uma produção de conhecimento pelo viés subjetivo não implica em uma produção de conhecimento que abandona a razão, mas sim que nenhuma produção de conhecimento é neutra e isenta de compromissos.

3. METODOLOGIA

Para desenvolver esta pesquisa e atingir os objetivos que nos propusemos, foi realizada uma pesquisa documental, investigando as produções de conhecimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste do Brasil acerca das produções sobre feminismos, gênero e sexualidades. Como nos diz Antonio Carlos Gil (2021), a pesquisa documental é elaborada com base em

materiais já publicados, onde tradicionalmente este tipo de pesquisa estava limitado a publicações em livros, revistas, teses e outros materiais impressos, mas, com a atualização dos formatos de publicações, a pesquisa bibliográfica abrange atualmente também novos formatos de informação, como os materiais disponibilizados na Internet. A escolha dessa temática se deu inicialmente pelo interesse em analisar quais são as produções que estão sendo realizadas nos programas de pós-graduação em educação do Nordeste que abordam os estudos de gênero, sexualidades e feminismos.

Para atingir nosso objetivo na pesquisa, este estudo foi pautado numa abordagem quantitativa e qualitativa (quanti-quali), com o intuito de investigar quais são as produções de conhecimento acerca de feminismos, gênero e sexualidades nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Nordeste. Bernadete Gatti (2004), citando Falcão e Régnier (2000), nos diz que

> *[...] a análise de dados quantitativos constitui-se em um trabalho que propicia que "a informação que não pode ser diretamente visualizada a partir de uma massa de dados poderá sê-lo se tais dados sofrerem algum tipo de transformação que permita uma observação de um outro ponto de vista". [...] a quantificação abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho. (Gatti apud Falcão e Régnier, 2004, p. 14-15)*

Os métodos quantitativos são recursos que nos servem para análise dos dados encontrados no campo de pesquisa, sem nos

submetermos cegamente a eles no sentido de tomá-los como verdades, mas compreendendo o seu contexto social, político e histórico.

Para além de quantificar as produções que pretendemos investigar, também nos propusemos a analisar as temáticas de tais produções. Nesse sentido também optamos pela utilização da pesquisa qualitativa. A escolha pela pesquisa qualitativa veio para colaborar nesta pesquisa e suas interações, sem perder de vista o aprendizado adquirido em busca de singularidades e articular essa diversidade encontrada no projeto para produzir significados e contribuições nesta pesquisa acadêmica. Neste sentido

> *A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. (...). Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Deslandes et. al.1994: 21).*

Ainda sobre a pesquisa qualitativa Allene Lage (2013) aponta que

> *A pesquisa qualitativa tem um viés que leva o investigador ao encontro de subjetividades que não conseguem se esconder, como acontece no universo da pesquisa quantitativa. As subjetividades afloram nas regras e condicionamentos prévios, no contato, no diálogo e no confronto da realidade. Entender estas subjetividades e delas extrair novas compreensões requer metodologias claras, que possam admitir a diversidade de discursos, sentidos e sentimentos inéditos dos sujeitos de pesquisa em seus lugares de atuação (Lage, 2013, p.50).*

Através da abordagem qualitativa é possível perceber as atitudes, os valores, os jogos sociais e os confrontos presentes no campo. Permanecendo assim, estes aspectos da pesquisa, visam destrinchar o caso e o objeto estudado.

Esta pesquisa está delimitada ao estudo da produção científica produzida nos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades públicas do Nordeste sobre feminismos, gênero e sexualidades. Os Programas de Pós-Graduação escolhidos para análise das produções foram os Programas de Educação *Stricto Sensu* das universidades públicas – federal e estadual –, bem como de institutos federais, do ano de 2012 até o ano de 2022, que tenham produções sobre os temas pesquisados. A pesquisa constitui um recorte de um estudo mais amplo desenvolvido no âmbito do mestrado e aqui trazemos o recorte do que foi analisado a partir da categoria “mulher e ciência”.

A escolha desses programas como campo de investigação se deu, em primeiro lugar, pelo interesse em analisar quais são as produções presentes nesses programas sobre a temática aqui analisada. Em segundo lugar, delimitamos a região Nordeste como

campo de pesquisa, para que pudéssemos compreender o que se está produzindo acerca dos estudos de gênero nesta região e, em terceiro lugar, a escolha de investigação dos programas das universidades públicas - federal e estadual - e os institutos federais pelo caráter de transformação social que esses espaços possuem.

Para dar conta do que foi pretendido pesquisar, como técnica de coleta de dados, nos utilizamos da pesquisa documental, considerando a análise dos Programas de Pós-Graduação existentes no Nordeste através da Plataforma Sucupira[5] e dos *sites* dos Programas fornecidos pela própria plataforma, bem como das dissertações e teses produzidas no campo já especificado. A pesquisa teve como fonte o acesso on-line de base de dados, onde o lugar de coleta de dados foi o *site* da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT[6].

> *Essas bases de dados contêm artigos publicados em periódicos científicos, trabalhos apresentados em congressos, relatórios de pesquisa, teses, livros e muitas outras fontes bibliográficas. Nestas, os usuários podem fazer buscas por assunto, por autor, por periódico. (Gil, 2021, p. 50)*

Para além do repositório BDTD, também se fez necessária uma busca das teses e dissertações nos próprios *sites* dos programas, quando não havia nenhuma publicação disponível no repositório.

No caso da pesquisa aqui apresentada, pretendemos nos valer da busca por assunto específico, onde utilizamos as palavras-chave: feminismos; gênero; sexualidades; estudos de gênero; gênero e sexualidades; como busca dos títulos de dissertações e teses

presentes no acervo da biblioteca do IBICT; Concordamos com Gil (2008) quanto à vantagem do uso de fontes documentais; pois “os dados documentais; por terem sido elaborados no período que se pretende estudar; são capazes de oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade” (Gil; 2008; p; 153); Sendo assim; nossa pesquisa buscou conhecer a realidade das produções desenvolvidas no nosso campo de pesquisa.

Para análise dos dados obtidos em campo, nos utilizamos da análise de conteúdo, por concordar com Laurence Bardin, citado por Augusto Triviños (1987) quando caracterizam a análise do conteúdo como

> *[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (Bardin, apud Triviños, 1987, p. 60).*

Atrelado a este método de análise, também nos valemos, para análise dos dados colhidos no campo, do Método do Caso Alargado (Santos, 1983), pois segundo o autor

> *Ele se opõe à generalização positivista, pela qualidade e pela uniformização, a generalização pela qualidade e pela exemplaridade. Em vez de fixar a quantidade de casos (observações) adequada, o método de caso alargado escolhe um caso ou um número limitado de casos em que se condensam com particular incidência os vectores estruturais mais importantes das economias interaccionais dos diferentes participantes numa dada prática social sectorial (Santos, 1983, p. 11).*

Nos utilizamos do Método do Caso Alargado já que este carrega em si o caráter analítico e, dessa maneira, nos auxiliou na construção de nossa análise de forma organizada, para que possamos resgatar os sentidos do que será colhido em campo em diálogo com os autores apresentados durante o nosso referencial teórico. Utilizamos esta técnica para analisar as categorias tratadas ao longo da pesquisa, a fim de respondermos aos nossos objetivos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na categoria de análise aqui tratada, a escolha do tema “mulher e ciência” se deu pela importância dos estudos sobre, pelas e com as mulheres têm tanto na crítica ao modo tradicional de se fazer ciência, quanto pelas mudanças feitas nesse fazer ciência a partir delas. Dessa forma, é de fundamental importância investigar as produções acerca de sua formação, atuação, produção e militância, a fim de compreender os avanços e as barreiras enfrentadas pelas mulheres no campo da ciência.

Assim sendo, ao buscar as produções que englobam esse campo, 39 (trinta e nove) tratam de tais temas. Subdividimos essas produções

de acordo com os temas mais presentes nas pesquisas, conforme pode-se observar no quadro 1.

Quadro 1. Quantitativo de produções em Mulher e Ciência

Subtema	**Quantitativo de produções**
Educação de mulheres	16
Mulher e docência	12
Epistemologias feministas	2
Feminismos	9

Fonte: Elaborado pela autora com os dados retirados do Repositório de Teses e Dissertações BDTD, 2022.

Iniciando esta análise a partir do tema “educação de mulheres” que trata das suas trajetórias formativas, 16 (dezesseis) pesquisas se encaixavam neste, sendo 11 (onze) delas classificadas como teses e 5 (cinco) como dissertações. As teses analisadas traziam variados tipos de formação, desde a educação não formal até a formação em curso superior. As pesquisas de Lourdes Rafaella Santos Florencio (2016 - CE) e de Verônica Gomes dos Santos (2016 - CE) investigaram narrativas da educação feminina de mulheres prostitutas, onde uma analisou a trajetória histórica dessas mulheres e seus papéis na sociedade e a outra a sua escolaridade e trajetória profissional.

Trazendo a discussão para o campo da educação formal, o trabalho de Maria Valdenice Resende Soares (2016 - RN) realizou um resgate histórico do curso Normal Regional e a presença massivamente feminina no mesmo. Ainda sobre a educação formal, 4 (quatro) teses abordaram a educação superior. A pesquisa realizada por Cecília

Telma Alves Pontes de Queiroz (2019 - PB) avaliou a implementação e os resultados de projetos de inclusão de meninas em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, a partir da trajetória escolar e das escolhas dessas meninas pelos cursos superiores. A tese produzida por Rita Cristiana Barbosa (2015 - PB) analisou as experiências de alunas e ex-alunas dos cursos de Licenciatura EaD da UFPB, dando destaque a situações de inclusão educacional e digital e empoderamento de gênero. Também tendo como campo a licenciatura, a produção de Maria Dolores dos Santos Vieira (2018 - PI), verificou as experiências, saberes, lugares e obstáculos do gênero na relação com a formação inicial de jovens mulheres discentes da Pedagogia. E o trabalho realizado por Anita Leocádia Pereira dos Santos (2013 - PB) fez um estudo das experiências de estudantes grávidas e mães no contexto da Educação Superior no curso de Ciências Biológicas.

A luta das mulheres pelo direito à educação perpassa toda a trajetória do feminismo. Durante muito tempo, o acesso das mulheres à educação foi negado e a elas cabia apenas a educação voltada para as atividades domésticas. Mais tarde, as mulheres passaram a ter acesso ao ensino primário e secundário, mas só depois de muito tempo e muita luta, é que puderam adentrar no ensino superior. Como Marinês Domingues Cordeiro (2017) relata

> *No mundo, o acesso feminino à educação formal é um fenômeno relativamente recente. Apesar das exceções entre membras da nobreza em variados períodos históricos, o ensino superior só se abriu para as mulheres a partir da segunda metade do século XIX - no Brasil, apenas no final daquele século, com um decreto imperial de 1881. (Cordeiro, 2017, p.669)*

Apesar disso, as mulheres seguiram sofrendo outros tipos de exclusão dentro dos muros das universidades, como ter seu conhecimento constantemente questionado, invalidado ou tido como algo de menor importância.

Seguindo com produções acerca da formação de mulheres, em sua pesquisa, Francisca Elenir Alves (2013 - BA) buscou entender a realidade de um grupo de mulheres trabalhadoras domésticas, egressas do Programa Trabalho Doméstico Cidadão, desenvolvido pelo Governo Federal, buscando identificar nas trajetórias dessas mulheres quais mudanças e contribuições essa prática educativa trouxe para suas condições de mulheres, negras e trabalhadoras. Kelly Maria Gomes Menezes (2017 - CE) analisou os significados que as mulheres velhas, participantes de um programa de EJA na cidade de Fortaleza/CE, atribuem à educação, para compreender se essa experiência influencia em suas vidas, na perspectiva de gênero. E em sua tese, Adenize Queiroz de Faria (2017 - PB) investigou as trajetórias educacionais de mulheres com deficiência, analisando os efeitos das estruturas capacitistas e de gênero na experiência de desigualdade e múltiplas vulnerabilidades dessas mulheres.

A inserção das mulheres na educação no Brasil se deu, como já sabemos a partir de muita luta, mas também devido à universalização do ensino, que trazia a ideia de profissionalização de jovens com poucos recursos, que receberiam ensino de forma gratuita, mas que em contrapartida, “pagariam” por esse ensino servindo às necessidades de trabalho da sociedade. Dessa forma ocorreu a feminização do magistério, onde as mulheres eram vistas como mais adequadas para o ensino da infância. Sobre isso, Antonia Telles (2014) traz que

> *A escola normal era uma das únicas vias de acesso de parcela feminina a uma educação escolarizada, objetivando também a profissionalização dessas mulheres, alternativa para a instrução feminina assim também como formar mão-de-obra qualificada para um ensino que tinha como objetivo a expansão da instrução escolar à população, de acordo com os ideais liberais e democráticos do país. (Telles, 2014, p.14)*

Dessa forma, as mulheres conseguiram o acesso à educação formal, mas esse ainda estava diretamente ligado à ideia de aptidão natural da mulher para o doméstico e o cuidar.

Colaborando com a pesquisa sobre a formação de mulheres, a dissertação de Efigênia Alves Neres (2020 - PI) problematizou como algumas mulheres afrodescendentes interpretam sua trajetória educacional, especialmente a passagem pela EJA e quais as implicações disso em suas formas de organização da vida e no enfrentamento das dificuldades socioculturais baseadas nas questões de gênero-raça-classe. Os trabalhos de Edilene Lima da Silva (2012 - PI) e de Suely Barbosa de Moura (2014 - PI) realizaram um resgate histórico do processo de escolarização das mulheres, o primeiro considerando os processos de escolarização e profissionalização e, o segundo, fazendo uma análise de um curso de normal médio no município de Caxias/MA. A pesquisa de Vitória Diniz de Souza (2021 - RN) também realizou um resgate dos processos formativos de mulheres no passado, realizando uma investigação dos discursos desenvolvidos pela Escola Doméstica sobre a escolarização das mulheres. Rodrigo Wantuir Alves de Araújo (2022 - RN) em sua pesquisa buscou analisar o processo de feminização do magistério. E a dissertação desenvolvida por Valquiria Gila de Amorim (2017 - PB) analisou as experiências

vivenciadas pelas alunas do curso de graduação de Física da UFPB, analisando as inclusões e exclusões dessas estudantes, enquanto mulheres, em suas trajetórias de graduação.

Mesmo depois de muito tempo em que as mulheres passaram a participar da educação formal, de adentrar os muros das universidades, ainda seguiam sendo excluídas de determinados espaços. Espaços tidos como de mais importância, de maior dificuldade e também de maior prestígio, permaneciam sendo quase que exclusividade do público masculino. Assim, as ciências exatas seguiu sendo um campo predominantemente masculino, até os dias de hoje, onde mesmo com uma maior participação feminina, a maioria dos cursos de graduação das áreas de exatas segue tendo um mínimo de mulheres fazendo parte deles. Deise Agrello e Reva Garg (2009) apontam que

> *Entre as diversas esferas profissionais, a ausência das mulheres parece especialmente notável na ciência e na tecnologia, particularmente nos campos das ciências físicas e na engenharia, e as mulheres que optam pelo estudo na área das ciências frequentemente acabam assumindo aquelas ocupações consideradas menos desafiadoras. As mulheres estão sub-representadas na física. (Agrello e Garg, 2009, p.1)*

O estudo de Agrello e Garg revela que além da dificuldade de as mulheres adentrarem o campo das ciências exatas, quando o fazem, mesmo assim permanecem em áreas de menor prestígio, por serem consideradas áreas de menor dificuldade.

As questões relacionadas à formação das mulheres permitem compreender a importância das práticas educativas na construção

de suas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais. Os processos educativos, desenvolvidos tanto nos espaços formais quanto em experiências não formais de formação, participam da constituição das possibilidades de acesso ao conhecimento e de inserção das mulheres em diferentes campos sociais e científicos. Entretanto, é necessário considerar que esses espaços também são atravessados por relações de gênero que podem produzir desigualdades, limitar oportunidades e deslegitimar determinados saberes. Desse modo, pensar as práticas educativas a partir de uma perspectiva feminista implica reconhecer seu potencial tanto na reprodução quanto no questionamento das relações de poder que historicamente marcaram a formação das mulheres.

Assim como a formação de mulheres é um tema bastante relevante para compreendermos os papéis desempenhados e também destinados às mulheres, analisar as experiências dessas mulheres enquanto docentes enriquece a compreensão acerca desses aspectos. Dessa forma, como segundo subtema, trazemos a análise das produções que tratam de mulher e docência, no qual realizamos a investigação de 12 (doze) pesquisas. Entre as 4 (quatro) teses que debatem a mulher na docência, a pesquisa desenvolvida por Ana Paula Rufino dos Santos (2018 - PE) traz o tema para o campo da educação básica, onde busca entender como o aconselhamento e a premiação atuam na regulação da experiência estética da professora produzindo a professora ideal, com a intenção de colocar em suspenso a possibilidade de existência de um sujeito professor universal. Igualmente tratando da educação básica, a dissertação desenvolvida por Anabela Maurício de Santana (2014 - SE) analisou as experiências de mulheres docentes da rede pública estadual no sentido das relações de gênero, trabalho e formação docente. E a pesquisa de Maria Claudia L. M. do Nascimento (2017 - RN) analisa a

trajetória de mulheres docentes atuando enquanto gestoras e a feminização da gestão em escolas públicas do Rio Grande do Norte.

Colaborando para a investigação do subtema mulheres na docência do Ensino Superior, o trabalho desenvolvido por Suzana Mary de Andrade Nunes (2014 - SE) visou realizar uma leitura de histórias de vida de mulheres docentes da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade do Porto, analisando os avanços e conflitos presentes nessas trajetórias. Em sua pesquisa, Silmere Alves Santos (2012 - SE) buscou conhecer os deslocamentos, mudanças e permanências nos âmbitos do trabalho docente, da família e da vida pessoal, que dificultam ou possibilitam relações mais igualitárias entre docentes que trabalham na universidade pública sergipana. A tese desenvolvida por Lucimeiry Batista da Silva (2017 - PB), realizou uma análise do processo de divisão sexual do trabalho e as relações de gênero que configuram as trajetórias profissionais de mulheres docentes nos cursos de Engenharia Mecânica, Física e Matemática, considerados os mais masculinos em uma Instituição Federal de Ensino Superior do nordeste brasileiro.

Em um levantamento de dados sobre a presença de mulheres nas ciências exatas, Deise Agrello e Reva Garg (2009) perceberam que, à medida que o nível de estudo se eleva, o número de mulheres diminui, mas ao passo que em outros campos essa queda vai acontecendo a partir dos níveis de pós-graduação, nas ciências exatas, principalmente na física, tal fato tem início na graduação. As autoras enfatizam que

> *[...] a porcentagem de mulheres no campo da física é pequena desde a admissão na universidade. E este nível baixo de participação se mantém durante todo o ciclo de estudos, assim como durante o exercício profissional. Não há incentivo específico para as mulheres estudarem ou trabalharem em ciência e tecnologia no Brasil. Ao longo de sua formação e de sua carreira profissional, a maior parte das físicas recebem pouco apoio da sociedade e dependem extensivamente de seu empenho pessoal. (Agrello e Garg, 2009, p.3)*

Assim sendo, além de todo o percurso de exclusão que as mulheres passam e que, na maioria das vezes, as levam para longe do campo das ciências exatas, aquelas que conseguem transpor essas primeiras barreiras, continuarão passando por situações de exclusão, durante sua formação e também no exercício de sua profissão.

Igualmente abordando a docência feminina e as ciências exatas, a dissertação de Fernanda Vanessa de Jesus da Silva (2020 - MA), realizou um estudo sobre o percurso e atuação das mulheres professoras nos cursos de graduação da área de Exatas e Tecnologias da Universidade Federal do Maranhão, tendo o intuito de compreender o processo de formação e sua trajetória educacional. Similarmente, a produção realizada por Isabel Cristina Costa Freire (2020 - MA), também buscou analisar a trajetória de mulheres docentes em curso superior, no entanto, a investigação se deu através da investigação da trajetória das primeiras professoras do Departamento de Filosofia da UFMA. Já a dissertação desenvolvida por Ana Carla de Melo Almeida (2022 - MA) buscou compreender como as professoras afrodescendentes do curso de Direito da UFMA vivenciam as desigualdades de gênero e raça no

magistério superior e de que modo essas experiências são enfrentadas e superadas por elas.

Em sua pesquisa, Adenilda Bertoldo Alves de Morais (2016 - PB) realizou a articulação entre o pessoal e o institucional de professoras da UFMA a partir de suas narrativas, destacando suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero. Maria do Rosário de F. V. da Silva (2012 - PI) em sua pesquisa, evidencia a história de vida e formação de professoras afrodescendentes que atuam no ensino superior em Parnaíba/PI, investigando a inserção da mulher afrodescendente na docência superior. E, através de sua pesquisa, Emanuely Arco Iris Silva (2015 - PE) realizou uma investigação de como vem se desenhando as relações de gênero no corpo docente da UFPE, analisando o número de mulheres e homens docentes na instituição entre 1950 e 2015.

A discussão sobre a presença das mulheres na docência também possibilita refletir sobre as práticas educativas enquanto espaços atravessados pelas relações de gênero. A atuação das professoras não está desvinculada das construções sociais que historicamente associaram as mulheres ao cuidado e à responsabilidade pela educação. Essas representações podem influenciar tanto o reconhecimento profissional quanto as expectativas direcionadas às mulheres no exercício da docência. Nesse contexto, as práticas educativas também precisam ser compreendidas em sua dimensão política e social, uma vez que podem reproduzir concepções naturalizadas sobre os papéis de gênero, mas também contribuir para questioná-las e construir outras possibilidades de relações no ambiente educacional.

A partir das críticas feitas à Ciência Moderna, que colocava a ciência como algo neutro, que o pesquisador deveria fazer de tudo para se manter fora da pesquisa e que excluía as mulheres da participação na produção de ciência, estudos foram sendo realizados e novas epistemologias surgiram, entre esses novos modos de fazer ciência estão as epistemologias feministas. Claro que não foi tarefa fácil, tampouco de forma rápida, porque como nos traz Londa Schiebinger (2001)

> *Porque a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las. (Schiebinger, 2001, p.37)*

Sobre esse tema, dentre as produções coletadas para análise nesta dissertação, 2 (dois) trabalhos o contemplaram, uma tese e uma dissertação. A tese desenvolvida por Vicelma Maria de Paula Barbosa (2019 - PI) procurou compreender como mulheres capoeiristas produzem epistemologias do corpo em práticas de guerrilha enquanto táticas de guerrilha das liberdades e dos direitos. Enquanto a dissertação de Sérgio Antônio Silva Rêgo (2017 - PE), através da análise de revistas feministas publicadas na América Latina, procurou perceber a construção de uma pluralidade de conhecimentos baseados na construção de novas formas de constituição desses conhecimentos, bem como entender o papel desempenhado pelo feminismo na produção de saberes científicos e sua participação no espaço docente.

O percurso de criação de epistemologias feministas se deu (e se dá) da histórica trajetória de exclusão das mulheres do campo das ciências, que fez com que essas áreas mantivessem seu campo de estudos voltado aos homens. Dessa forma, as epistemologias feministas colaboram para o rompimento desses padrões excludentes, como Londa Schiebinger (2008) traz

> *Quando levamos em consideração que trazer as mulheres para a ciência pode requerer e/ou resultar em mudanças nas teorias e práticas da ciência, devemos nos lembrar que as disciplinas acadêmicas modernas são maneiras arbitrárias de compartimentar conhecimento. Elas são históricas, não são naturais. As disciplinas desenvolveram-se nos últimos duzentos anos, ao longo dos quais as mulheres e minorias sub-representadas foram rigorosamente excluídas da academia. Precisamos estar abertos à possibilidade de que o conhecimento humano - aquilo que conhecemos, valorizamos e consideramos importante - pode mudar drasticamente quando as mulheres se tornarem participantes plenas na sua produção. (Schiebinger, 2008, p.272)*

Assim sendo, não basta trazer as mulheres para a ciência, é necessário criar metodologias e epistemologias que as contemplem, que sejam construídas por elas, pensadas por elas, para que as maneiras excludentes de fazer ciência possam ser modificadas e vencidas.

Para a elaboração de epistemologias feministas, produzidas nas academias, a militância feminista dispõe de grande contribuição. Dentro dos movimentos feministas as questões acerca de gênero são discutidas, pensadas, problematizadas e, a partir disso, novas

formas de pensar e construir a sociedade a partir do pensamento feminista são elaboradas, colocadas em prática. Sob esse viés, 9 (nove) pesquisas foram realizadas estudando os feminismos, das quais duas classificam-se enquanto tese e 7 (sete) enquanto dissertação. Alessandra Miranda Mendes Soares, em sua tese (2018 - PB), desenvolveu uma pesquisa dentro dos movimentos de pessoas com deficiência e feministas, onde realizou uma análise acerca das contribuições do Projeto de Extensão Pró-Mães na vida das mulheres participantes. A tese desenvolvida por Ana Paula Mendes R. Cavalcanti (2016 - RN) fez um resgate da trajetória de Julieta Gadelha, mulher feminista paraibana, onde a pesquisadora investigou a prática educativa e o legado cultural deixado pela Julieta, considerada uma mulher de muitas facetas, que contribuiu muito para a cultura de seu município, Sousa/PB.

Semelhantemente, a dissertação desenvolvida por Évila Cristina Vasconcelos de Sá (2018 - CE) trouxe uma produção acerca da biografia de vida de mulheres feministas, sua pesquisa resgatou a trajetória de Henriqueta Galeno, uma educadora que atuou no cenário patriarcalista do estado do Ceará. Já a dissertação de Antonieta Lago Teixeira (2019 - MA), analisou os percursos formativos e sua influência na construção identitária de mulheres líderes comunitárias no município de São Luís/MA. Ainda tratando da liderança e protagonismo de mulheres, a pesquisa desenvolvida por Ivanilson Batista da Silva (2016 - PB) analisou o protagonismo das mulheres camponesas na luta pela conquista da terra em assentamentos no município de São Miguel de Taipu/PB durante o período de 1993 a 1995.

Durante um longo período, aqui no Brasil e em outros países da América Latina, tomamos como guia para construção de nossos

pensamentos e lutas feministas, o feminismo produzido no norte global. No entanto, nos últimos anos, temos nos voltado para pensadoras feministas de nossas próprias realidades, não que o pensamento de feministas do norte esteja errado ou equivocado, mas não condizem com a nossa realidade. Dessa forma, é de indiscutível importância, construirmos nossos feminismos a partir da nossa subjetividade.

As epistemologias feministas produzidas na América Latina, pensadas a partir do legado de Paulo Freire, repensado pelas feministas e sendo construídas sob um viés popular. Graziela Rosa (2019) explica que essa epistemologia, chamada de pedagogia feminista

> *[...] é uma pedagogia que parte dos corpos para pronunciar palavras, busca, entre outras coisas, desorganizar as relações de poder, com sentido subversivo e revolucionário; recuperar o valor da subjetividade; criticar as certezas; assumir o marxismo e a teologia da libertação; criticar o capitalismo e a dominação. É uma pedagogia que provoca a educação popular, subverte, desafia as regras do poder e tem nas suas práticas a valorização da mística, do corpo e a subjetividade das mulheres. (Rosa, 2019, p.95)*

As pedagogias feministas, produzidas na América Latina são comprometidas com a transformação da atual sociedade sexista e discriminatória, tendo como prioridade o trabalho nos movimentos populares.

Seguindo por esse viés, a pesquisadora Paloma Raquel de Almeida (2018 - PE), realizou um estudo de como o pensamento feminista

latino-americano de Marcela Lagarde pode contribuir para o aprofundamento da educação não sexista. Dentro do espaço dos movimentos feministas, a dissertação de Ana Cecília Rodrigues dos Santos Godoi (2016 - PE), buscou explorar a potência existente dentro de práticas pedagógicas utilizadas pelo movimento de mulheres negras em Pernambuco. Já a pesquisa de Camila de Melo Santana (2018 - PE) realizou um estudo de caso dentro de um grupo feminista, chamado FeminismoAgora!, sobre uma experiência de formação feminista baseada na metodologia desse grupo. E a pesquisadora Vanessa Maria Gomes Barboza (2019 - PE) buscou conhecer os processos educativos que corroboram com a busca pela emancipação social na participação política, por parte de mulheres negras evangélicas.

As experiências de pesquisa mencionadas permitem ampliar a compreensão das práticas educativas, reconhecendo que os processos de formação e produção de conhecimentos também acontecem nos movimentos sociais e nas organizações coletivas de mulheres. Nesses espaços, as práticas educativas podem se constituir por meio de rodas de diálogo, formação política, compartilhamento de experiências, organização coletiva e problematização das desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Diferentemente de uma compreensão restrita à educação escolar, essas experiências evidenciam que os movimentos feministas também produzem conhecimentos e desenvolvem processos formativos que articulam reflexão e ação política. Assim, as práticas educativas feministas assumem uma dimensão coletiva e emancipatória, ao reconhecerem as mulheres como sujeitas de conhecimento e protagonistas de seus próprios processos de formação e transformação social.

As atuações dos movimentos sociais feministas têm uma forte ligação com a Educação Popular Feminista, que tem contribuído diretamente para a emancipação das mulheres. Graziela Rosa (2019) aponta que essa perspectiva feminista nos faz voltar os olhos para nós mesmas, “escutar e citar o que nós mulheres estamos dizendo e problematizando na Educação Popular” (Rosa, 2019, p.100). Segundo a autora, não basta conhecermos, precisamos citar umas às outras, pois

> *Trata-se de um ato de rebeldia, que possibilita (re)olhar os temas, as sujeitas e suas metodologias, possibilitando que novas pedagogias sejam construídas e valorizadas, no campo da Educação Popular na América Latina, sem medo, pois se trata de pedagogias feministas, que juntas compõem a Educação Popular feminista. (Rosa, 2019, p.100)*

Os estudos produzidos pelas feministas na Educação Popular, entre outros temas, têm abordado os temas relacionados à organização de mulheres, ao movimento social feminista, aos saberes de mulheres de povos tradicionais, trajetórias de mulheres na educação etc. Estudos que colaboram para o protagonismo, a emancipação e a libertação das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Educação da região Nordeste permitiu compreender que a discussão sobre mulher e ciência envolve diferentes dimensões da participação das mulheres na produção de conhecimentos. Como sabemos, historicamente as mulheres foram excluídas da educação formal, principalmente nos níveis da educação superior. No entanto,

como evidenciado neste estudo, atualmente as mulheres fazem parte do público presente nas universidades, desde a graduação até o doutorado. Apesar disso, elas seguem sofrendo segregações nesse ambiente, seja tendo sua produção de conhecimento menosprezada, tida como de menor importância e/ou relevância, seja sendo direta ou indiretamente levadas para campos de menor prestígio, seja sofrendo situações de exclusão e sexismo nesses ambientes.

Dentro da análise das produções científicas de mestrado e doutorado, das 146 (cento e quarenta e seis) teses e dissertações identificadas, 39 (trinta e nove) abordavam questões relacionadas às mulheres e sua participação na educação e na ciência. Esse conjunto de produções evidencia a presença de pesquisas comprometidas com a problematização das desigualdades de gênero, com o reconhecimento das trajetórias formativas das mulheres e com a crítica aos processos históricos que contribuíram para sua exclusão e invisibilização no campo científico. Ao mesmo tempo, reforça a importância de ampliar as investigações que reconheçam as mulheres não apenas como sujeitos de pesquisa, mas também como produtoras de conhecimentos e referências na construção de outras perspectivas científicas.

A organização das produções nos quatro subtemas, educação de mulheres, mulher e docência, epistemologias feministas e feminismos, possibilitou reconhecer que a participação das mulheres na ciência não se limita ao acesso às instituições de ensino ou à ocupação de espaços profissionais. Ela envolve também o reconhecimento de suas experiências, a valorização de seus saberes e a transformação das relações de poder que historicamente

definiram quais sujeitos podem produzir conhecimento e quais conhecimentos são considerados legítimos.

Nesse contexto, as práticas educativas assumem uma dimensão fundamental, pois estão presentes tanto nos processos de formação escolar e acadêmica quanto nas experiências docentes e nas ações desenvolvidas pelos movimentos feministas e sociais. Essas experiências demonstram que a produção de conhecimentos também acontece em espaços coletivos de formação, diálogo, organização e resistência. Nesse sentido, as pedagogias feministas e a Educação Popular Feminista representam importantes possibilidades de construção de práticas educativas comprometidas com a emancipação das mulheres e com o enfrentamento das desigualdades de gênero. Ao reconhecerem as experiências e os saberes produzidos pelas mulheres, essas perspectivas contribuem para questionar os modelos tradicionais de produção científica e ampliar as possibilidades de construção do conhecimento. Assim, refletir sobre mulher e ciência também implica reconhecer a dimensão educativa, política e social dos processos de produção de saberes, compreendendo as mulheres como sujeitas ativas na construção de outras formas de pensar, ensinar, aprender e produzir conhecimento.

Por fim, destaca-se que este estudo constitui um recorte da produção acadêmica localizada nos Programas de Pós-Graduação em Educação investigados, considerando o período e os procedimentos de busca estabelecidos na pesquisa. Nesse sentido, os resultados não esgotam as possibilidades de investigação sobre a temática, mas contribuem para evidenciar a relevância de pesquisa que articulem gênero, feminismos, práticas educativas e produção científica. Ampliar esse debate significa fortalecer o reconhecimento

das mulheres na ciência e contribuir para a construção de espaços educativos e acadêmicos mais plurais, democráticos e comprometidos com a transformação das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRELLO, Deise Amaro. GARG, Reva. **Mulheres na física: poder e preconceito nos países em desenvolvimento.** In: Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 31, n. 1, 1305, 2009.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. ARAS, Lina M. Brandão. **Por uma ciência e epistemologia(s) feminista: avanços, dilemas e desafios.** In: Cadernos de Gênero e Tecnologia. nº 29 e 30, Ano:11, jan a jun/2014.

CORDEIRO, Marinês Domingues. **Mulheres na Física: um pouco de história.** In: Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 34, n. 3, p.669-672, dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/issue/view/2529.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo e feminismo: a ressignificação do conceito de objetividade a partir de uma proposta crítica feminista.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

DESLANDES, S. F. **A Construção do projeto de pesquisa.** In: MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa Social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80p. p.31-50.

GATTI, Bernadete A. **Estudos quantitativos em educação.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p.11-30, jan./abr. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. - [4. Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2021.

LAGE, Allene Carvalho. **Educação e Movimentos Sociais: caminhos para uma pedagogia de luta.** Recife: ed. Universitária da UFPE, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vilodre. (Organizadoras). **Corpo, gênero e sexualidades: Um debate contemporâneo na educação.** 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ROSA, Graziela Rinaldi da. **Pedagogias populares feministas latino-americanas: legados feministas para a educação popular.** In: Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas. Organização de Márcia Alves da Silva, Graziela Rinaldi da Rosa - Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab.** In: Revista Crítica, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** Labrys. Estudos Feministas, v. 11, 2007.

SCHIEBINGER, Londa. **Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento.** História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro. v.15, suplemento, p.269-281, jun. 2008.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP. EDUSC, 2001.

TELLES, Antonia Marlene Vilaca. **A presença da mulher no contexto da história da educação.** In. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/861-0.pdf.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

---

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste. Mestre em Educação Contemporânea pela UFPE/CAA. Professora da rede pública municipal de Caruaru/PE. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0311-8261. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4030110553850645

[2] Professora titular na Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Coordenadora do projeto CNPq Espelhos Epistemológicos das Práticas Pedagógicas de Ativistas e Militantes Educadores(as) dos Movimentos Sociais de Pernambuco. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9936-3033. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8659756009849404

[3] Momento que marca o início e intensificação dos estudos e teorizações da condição social da mulher, onde os estudos feministas vêm a questionar o papel da mulher na sociedade.

[4] O feminismo perspectivista se sustenta no pressuposto de que as desigualdades de gênero operam de várias maneiras, no sentido de

produzir experiências qualitativas diferentes para mulheres e homens. Dessa forma, o feminismo perspectivista defende um saber alavancado na perspectiva e experiência das mulheres, ou seja, uma epistemologia enraizada nas desigualdades de gênero que se quer erradicar. (Costa, 2017, p.3).

[5] Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoBuscaAvancada.jsf (Último acesso: 03/05/2023).

[6] Disponível em: http://www.bdtd.ibict.br